

Janja defende nome de Anielle para vice de Paes

Aliados de Lula afirmam que presidente cogita indicar a ministra da Igualdade Racial para a chapa. Prefeito, no entanto, prefere um quadro de seu grupo político e também há resistência no PT à escolha da irmã de Marielle

JOHANNES ELLER E MALU GASPAR
jell@globo.com
mgaspar@globo.com

O nome da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, passou a ser cogitado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para compor a chapa de Eduardo Paes na disputa pela prefeitura do Rio nas eleições deste ano, segundo um antigo aliado do petista. Uma fonte do PT, esta mais próxima ao cenário eleitoral carioca, afirma que a principal incentivadora da composição é a primeira-dama Janja da Silva, que exerce forte influência sobre o presidente, como o próprio admitiu no último dia 19 durante sua live semanal.

O PT reivindica a vaga de vice na chapa, enquanto o prefeito carioca insiste em escolher um nome fora do seu grupo político. Quando questionado sobre o assunto, Paes costuma dizer que está muito ceto para essa discussão. Mas o fato de que o seu principal opositor deve ser o deputado federal bolsonarista Alexandre Ramagem (PL) tem pesado nas articulações e deve impulsionar a sua chapa para a direita; não o contrário.

Anielle é irmã de Marielle Franco, vereadora do PSOL executada em 2018 junto de seu motorista, Anderson Gomes. A elucidação do assassinato foi anunciada no início de 2023 como uma prioridade do governo Lula e do Ministério da Justiça, na ocasião sob o comando de Flávio Dino.

A boa relação da ministra com Janja já ficou evidente em

uma entrevista dada pela primeira-dama à Revista ELA, do GLOBO, em novembro, quando afirmou que Anielle é uma das integrantes do governo com quem mantém maior proximidade. Mais recentemente, em um café com jornalistas em Brasília, foi a vez de a ministra definir Janja como uma "parceira de jornada" e relatou ter entregue a ela uma relação de ministras negras a serem cotadas para a vaga de Rosalva Weber no Supremo Tribunal Federal (STF) — o escolhido acabou sendo o colega de Euzenilda Fátima Diniz.

Hoje sem partido, Anielle disse que deve se filiar ao PT no início deste ano, mas desconvenceu sobre a possibilidade de ser vice de Paes e respeito do apoio de Lula e Janja.

— Meu desejo de filiação ao PT sempre existiu — confirmou ela. — Sobre a candidatura, estou ministrando o presidente Lula e do Brasil com muita honra. Minha atuação teve um primeiro ano de sucesso, e estou gostando.

MAL-ESTAR NO PARTIDO

Lideranças do PT do Rio se disseram surpresas ao serem questionadas sobre o desejo de Lula. Isso porque a regional do partido já trabalha com outros nomes para a vice de Paes. Este cotado três secretários do prefeito: Diego Zeidan (Desenvolvimento Econômico e Cidadania); Tainá de Paula (Meio Ambiente e Clima); e Adilson Pires (Assistência Social), que já foi vice de Paes entre 2013 e 2017, durante o segundo mandato do prefeito.



Próximas. Anielle Franco e Janja em visita a museu: primeira-dama defende nome da ministra para vice de Paes

Conversas para chapa com Marta e Boulos travam

Articulação para a volta de Marta Suplicy ao PT e para um possível acordo para que ela seja candidata a vice-prefeita de São Paulo na chapa de Guilherme Boulos travou de acordo com o colunista Lauro Jardim do GLOBO.

Quase três semanas depois de Marta ter recebido uma ligação de Marco Aurélio Ribeiro o Marcollo, chefe de gabinete de Lula, avisando que o presidente queriam marcar um jantar com ela para tratar desses temas, nada aconteceu. O jantar deveria ter acontecido no

dia 22 de dezembro.

Secretaria de Relações Exteriores da Prefeitura de São Paulo, Marta está de férias desde meados de dezembro. Ela volta ao trabalho no dia 12 e ainda não conversou pessoalmente com o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que disputará a reeleição, sobre o que pretende fazer.

O entorno de Marta teme que Lula tenha desistido do projeto e que a articulação tenha servido apenas para desgastá-la.

concorrer ao governo do Rio pela terceira vez. O prefeito avaliou recentemente em conversas com aliados que o cenário é favorável para sua candidatura em 2026 porque o atual governador, Cláudio Castro (PL), não pode disputar um terceiro mandato. Caso seja reeleito para um inédito quarto mandato em 2024, a empreitada exigiria que Paes renunciasse à prefeitura em março de 2026 e seu vice assumisse o comando da cidade por quase três anos.

DISPUTA COM BOLSONARISTA

Aliados, Paes tem atribuído sua resistência à escolha de um quadro do PT para a vice-prefeitura não ao seu projeto político, mas à pré-candidatura bolsonarista de Alexandre Ramagem. No segundo turno das eleições de 2022, o então presidente Jair Bolsonaro venceu Lula na capital fluminense por 52,6% a 47,3%.

O prefeito costuma responder a quem pergunta sobre a possibilidade de entregar a vaga de vice ao PT que é preciso "escolher se o objetivo é ganhar a eleição ou marcar posição", em referência ao eleitoral do que se mostrou bolsonarista no último ciclo eleitoral. Na ocasião, Paes apoiou enfaticamente a candidatura de Lula e Bolsonaro chegou a chamá-lo de "vagabundo" em um comício no Rio.

PGR cita suspeita de corrupção de Ramagem na Abin

Para Procuradoria, ex-diretor na gestão Bolsonaro pode ter agido para evitar divulgação de irregularidades, diz jornal

BRASÍLIA

Diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Bolsonaro, Alexandre Ramagem, hoje deputado federal pelo PL, foi citado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) como suspeito de ter se corrompido para evitar a divulgação de informações sobre o uso irregular do First Mile, um software espião, durante sua gestão. A informação foi publicada pela "Folha de São Paulo".

Segundo o jornal, dados sobre a atuação de Ramagem,

amigo da família Bolsonaro e cotado para disputar a prefeitura do Rio com o apoio do ch, foram utilizados por investigadores da Polícia Federal para deflagrar a Operação Última Milha, em 20 de outubro. Na ocasião, agentes prenderam oficiais da Abin e servidores foram afastados — todos são suspeitos de participação na aquisição e uso do software capaz de monitorar a geolocalização de aparelhos celulares.

Ramagem não foi alvo da operação da PF, mas é citado no inquérito relatado pelo ministro Alexandre de Moraes,

do Supremo Tribunal Federal (STF). Ramagem afirmou "Folha de São Paulo", por meio de sua assessoria, que "representou na Polícia Federal" para obter informações sobre as questões abordadas na reportagem.

A utilização do First Mile durante o governo Bolsonaro foi revelada pelo GLOBO em março do ano passado e motivou a abertura de um inquérito pela PF. A investigação identifica que o programa foi empregado pela Abin para espionar políticos, jornalistas, advogados e adversários do ex-presidente.

O GLOBO mostrou que o uso do software foi descoberto após dois servidores da Abin envolvidos em uma suposta fraude licitatória no Exército citarem a utilização da ferramenta pela agência no processo em que acabaram sendo demitidos. Eles são suspeitos de coerção ao utilizar o conhecimento sobre o uso do software espião para evitar a demissão nesse mesmo processo disciplinar interno.

Eduardo Izycki e Rodrigo Colli, da PGR, "cientes do uso indevido do sistema First Mile para fins alheios a

missão institucional da Abin provocaram o ex-diretor, Alexandre Ramagem, a retardar o julgamento do PAD 03/2019".

O ex-diretor da Abin, segundo a Procuradoria, teria convertido o julgamento em diligência, com a nomeação de nova comissão pro-

investigação. Ramagem diz ter acionado a PF para ter acesso à apuração



cessante, e deixado de submeter as conclusões da primeira comissão ao ministro do Gabinete de Segurança Institucional, responsável por apreciar e decidir sobre esses casos.

"Há indícios de prática de concussão e de corrupção ativa de Eduardo Izycki e Rodrigo Colli e de corrupção passiva pelo ex-diretor-geral da Abin Alexandre Ramagem", diz a PGR, segundo a reportagem da Folha.

O advogado Rafael Adamek, que atua na defesa de Izycki e Colli, afirmou que as investigações tramitam sob sigilo e, em razão disso, não comentaria o caso.

Em outubro, a Abin afirmou que a ferramenta deixou de ser usada em maio de 2021.

Governador de SC nomeia filho para a Casa Civil

A legislação sobre nepotismo abre brecha para a nomeação de parentes em cargos políticos

LUÍSA MARZULLO
luisa@globo.com

O governador de Santa Catarina, Jorgeinho Mello (PL), anunciou ontem que vai nomear seu filho mais novo, Filipe Mello, como secretário da Casa Civil. A prática se repete em outros oito estados, onde os governadores empregam 12 parentes.

Desde 2008, a súmula vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal (STF) caracteriza como nepotismo a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau ou por afinidade. Mas a legislação não tem efeito sobre os chamados cargos políticos, ou seja, é permitido a nomeação no primeiro escalão, como Advogado de formação, o



Pai e filho. Jorgeinho Mello e o filho Filipe, anunciado para a Casa Civil

filho de Jorgeinho Mello substituirá Estener Soratto (PL), que voltou a assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado. Sem nunca ter concorrido

a um cargo eletivo, Filipe Mello já passou por alguns cargos no estado. Entre 2011 e 2012, na gestão do governador Raimundo Colombo (PSD), foi secretário

de Planejamento e, em 2013, foi nomeado na Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Assim como o catarinense, em Alagoas, Paulo Dantas (MDB) nomeou sua filha, Paula Dantas, como secretária da Primeira Infância. O emedebista tem outros dois familiares indicados — a prima Carla Dantas, na Agricultura, e a tia Samya Suruag,

na Procuradoria-Geral. No Amapá e em Roraima, o cenário é de dois parentes por governador. Clécio Luis (Solidariedade) tem a irmã Clécia Vilhena como titular da Cultura e o genro Rodolfo Vale como secretário de Governo. Por sua vez, Antônio Denarium (PP) nomeou a cunhada Leila Perussolo secretária da Educação e Desporto e a cunhada Tânia Soares, na Cultura. Pernambuco, Goiás, Rondônia, Sergipe e Tocantins também têm secretários da família de seus governadores.

Sobre as indicações, as gestões dizem seguir critérios técnicos e obedecer a súmula 13 do Supremo Tribunal Federal.